

**GESTÃO PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR: UM ESTUDO
PRELIMINAR SOBRE O TRANSPORTE PÚBLICO URBANO POR ÔNIBUS
EM FEIRA DE SANTANA NO PERÍODO DE 1998-2008.**

Paloma Santana de Souza¹; Eugênio Lima Mendes²

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduanda em Administração, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: paloma-souza@bol.com.br

2. Orientador, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: e.mmendes@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Administração Pública; Transporte Público; Participação Popular.

INTRODUÇÃO: O presente trabalho trata do transporte público sob a ótica da participação popular. Procura-se investigar qual a relação entre a gestão municipal do transporte público e a participação popular, no município de Feira de Santana, no período de 1998 – 2008. O tema do trabalho tem relevância acadêmica e, principalmente social, na medida em que a participação passou a constituir um elemento dos mais importantes nas teorias sobre a gestão pública contemporânea. Tanto isso é verdade que os governos começaram a instituir espaço de participação social em diversas instâncias decisórias. Com base nessa premissa da teoria moderna de gestão, entende-se que a melhor forma de gestão para as unidades administrativas municipais deva contemplar os atores sociais em diversas e amplas formas de participação possibilitando-os participar nas decisões públicas e poder modificar o meio local. Parte-se também do pressuposto que a decisão sobre o sistema de transporte público é uma decisão política, expressando basicamente a orientação do gestor, guiado, muitas vezes, por interesses individuais ou relacionados à micro-espacos de poder. Essa abordagem busca relacionar a participação popular com as decisões públicas tomadas no nível de governo micro, e fundamenta-se a partir da compreensão de que a forma como o município baiano vem sendo gerido apresenta muitos limites a essa participação efetiva. Por isso, faz-se necessário o esforço de se chamar a atenção para o fato de que algumas prefeituras têm alardeado como slogan de campanha a construção com o povo ou para o povo. Entretanto, na prática, os problemas começam quando, “esse povo”, resolve tomar seu lugar de fato e de direito. Outra suposição em que se fundamenta esse trabalho é a de que uma ampla participação popular permite ao governo municipal uma melhor gestão do transporte público, possibilitando uma alocação dos recursos financeiros e materiais segundo as preferências sociais, e que a natureza dessas preferências pode impactar mais positivamente na gestão do município.

MATERIAL E MÉTODO: A natureza da pesquisa realizada é descritiva, compreendendo-se que este tipo de pesquisa tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno (Gil, 1999). Foram utilizados os seguintes procedimentos para a verificação do objetivo principal: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental e entrevistas. A pesquisa bibliográfica nos ajudou na compreensão sobre os conceitos de transporte público e gestão participativa, a partir da revisão da literatura disponível. Foram consultados artigos científicos, dissertações,

além de livros entre outras fontes. A pesquisa documental nos forneceu dados fundamentais para o desenvolvimento da mesma. Esta pesquisa também é considerada um estudo de caso, cujo objetivo é o estudo de uma unidade que se analisa profunda e intensamente, que no nosso caso é a participação na gestão dos transportes no município selecionado. Considera como unidade social estudada em sua totalidade, a instituição municipal, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. Utilizaremos o município de Feira de Santana como unidade de análise. O período analisado percorre os anos de 1998 – 2008.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Fizemos a Secretária Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT) de Feira de Santana a solicitação de alguns documentos, entre eles a algumas atas da reunião do Conselho Municipal de Transporte e o agendamento de algumas entrevistas, com o Secretário Municipal de Transporte e com a chefe de gabinete dessa mesma Secretária. Essas solicitações começaram a serem feitas em janeiro de 2011 e desde então, as entrevistas foram remarçadas sucessivamente, alegando-se sempre a impossibilidade da presença dos entrevistados na data ou ainda o surgimento de alguns imprevistos que impossibilitariam a entrevista. Com relação às atas das reuniões do Conselho Municipal de Transporte, foi solicitado que enviássemos uma solicitação formal, assinada pelo orientador, com a relação dos documentos requisitados e uma justificativa do por que desta solicitação. Enviamos diversas vezes a solicitação a SMTT que ora justificava que a solicitação estava sendo analisada pelo Secretário, ora estava sendo feitas cópias dos documentos solicitados e ora ninguém sabia desta solicitação, ou seja, nossa confirmação que a nossa solicitação havia se perdido em meio à burocracia – utilizada como forma de dominação - e precisaríamos retornar ao ponto inicial. Ainda que o recorte temporal da pesquisa não contemple o ano presente, acredita-se que a demora, e de alguma forma a falta de interesse, para não acreditar que tenha sido má-fé, em nos entregar os documentos que são públicos e que deveriam estar a disposição de todo e qualquer interessado, tenha se dado em função do tensionamento estabelecido na cidade em torno do aumento da passagem, feita durante a Micareta da cidade, em abril. Desde então, as entidades estudantis, que já tradicionalmente são os primeiros a promoverem manifestações com relação ao aumento – mas que não tem se restringido apenas com relação a essa discussão, mas sobretudo, propor uma discussão em toda a cidade, que envolva os mais diversos segmentos da sociedade, sobre o transporte público – juntamente com outras organizações sociais da cidade colocaram na pauta do dia as questões relativas ao transporte e principalmente, o aumento abusivo e sem reunião do Conselho Municipal de Transporte, pesando de sobremaneira no orçamento das famílias mais carentes de Feira de Santana. O tensionamento acabou por culminar em um ônibus queimado, dentro da Universidade Estadual de Feira de Santana, tamanha demonstrava-se a insatisfação dos usuários.

CONCLUSÃO: Não é surpresa, ao percorrer as ruas da cidade, perceber que o voltou a crescer o número de bicicletas na cidade. Infelizmente, esse processo não se deu pela instalação de novas ciclovias ou ainda por uma opção mais saudável e que polua menos a cidade. Sabemos que na verdade, milhares de pessoas em Feira de Santana, se arriscam nas perigosas avenidas da cidade, em suas bicicletas, por encontram-se excluídos do sistema de transporte, dito público, desta cidade. O Conselho Municipal de Transporte, único espaço formal e institucionalmente criado, não dá conta de discutir o transporte e atender a necessidade daqueles mais interessados na questão, os usuários, a parcela da população mais carente que não tem alternativa que não se submeter à precariedade existente. O formato deste Conselho por si só já nos deixa algumas brechas a serem investigadas mais aprofundadamente. O grande número de sindicatos patronais e representantes da Prefeitura comprova que quem de fato utiliza o sistema de transporte coletivo de Feira de Santana, de forma alguma se sente representado e ouvido naquele espaço. Conselho esse que, tradicionalmente, tem se reunidos há anos, apenas para deliberar sobre o percentual do reajuste. E, como neste ano, nem isso aconteceu. Logo, este espaço ainda não dá conta, nem de discutir as questões referentes ao transporte público, quiçá a participação popular. Concluimos, portanto que as decisões sobre o transporte público em Feira de Santana além de não serem tomadas com base nos anseios da população, também não têm espaços para promover a discussão a luz da participação popular.

REFERÊNCIAS:

- FERRAZ, Antonio Clovis Coca Pinto; TORRES, Isaac Guillermo Espinoza Torres. **Transporte Público Urbano**. 2. ed. ampli. e atualizada. Sao Carlos: RiMa Editora, 2004. 430 p.
- GOMIDE, A. A.. **Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2003. (Texto para Discussão n. 960).
- _____. Regulação econômica nos serviços públicos de transporte urbano no Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E INFORMAÇÃO EM TRANSPORTE (ITRANS). Mobilidade e Pobreza: relatório final. Brasília: Itrans, 2004.
- MENDES, Eugênio Lima. **O orçamento do governo local sob condições de participação dos cidadãos: o caso da prefeitura de Santos**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP/FVG, Rio de Janeiro, 1995.